



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DASS
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

JANAINA ALVES.

**OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PARA O TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL**

**CAMPINA GRANDE
2022**

JANAINA ALVES.

**OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PARA O TRABALHO DO
ASSISTENTE SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao departamento do Curso de
graduação em serviço social da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social

Orientadora: Prof^ª. Me. Thereza Karla de Souza Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

**CAMPINA GRANDE
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

M528i Alves, Janaina.

Os impactos da reestruturação produtiva para o trabalho do Assistente Social [manuscrito] / Janaina Alves. - 2022.

26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Thereza Karla de Souza Melo, Coordenação do Curso de Administração - CCSA."

1. Reestruturação produtiva. 2. Trabalho. 3. Assistente Social. I. Título

21. ed. CDD 361

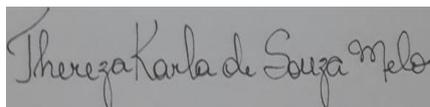
JANAINA ALVES

OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao departamento do Curso de graduação em serviço social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em: 13/04/2022

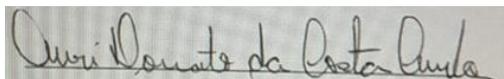
BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Thereza Karla de Souza Melo (orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof. Me. Patrícia Crispim Moreira
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Prof. Dra. Auri Donato da Costa Cunha
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 UM BREVE HISTÓRICO ACERCA DO PROCESSO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	8
3 TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UM DEBATE NECESSÁRIO	12
4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL E IMPACTOS PARA O MUNDO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	15
5 CONCLUSÃO.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA PARA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Janaina Alves¹

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo discutir a temática dos impactos da reestruturação produtiva para o trabalho do assistente social. Tem como objetivos específicos descrever como se processou a reestruturação produtiva; discutir sobre a reestruturação produtiva e suas implicações para o mundo do trabalho; discutir sobre a reestruturação produtiva no Brasil, destacando o desmonte dos direitos sociais e os rebatimentos para o mundo de trabalho do assistente social. O debate gira em torno dos impactos que a reestruturação produtiva ocasionou no mundo de trabalho dos assistentes sociais. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada na teoria social crítica, tendo como material artigos e livros que abordam o histórico da reestruturação produtiva, a questão do trabalho e a reestruturação produtiva, e os rebatimentos da mesma no que concerne o mundo de trabalho dos profissionais de serviço social. Portanto, percebe-se que há poucas produções sobre a temática, a pesquisa se justificou, pois mostra a necessidade de mais produções sobre o tema. Acredita-se que esse artigo estimule o aprofundamento do debate sobre o assunto, de modo a instigar produções sobre o mesmo, assim como promover reflexões expandindo e dando notoriedade á temática.

Palavras chave: Reestruturação Produtiva. Trabalho. Assistente Social.

ABSTRACT

The present study aims to discuss about the impacts of the productive restructuring on social assistant work. It has has specific objectives to describe how productive restructuring happened; to discuss about restructuring productive and its implications to the working world; to discuss about the restructuring productive in Brazil. Highlighting the social right problems. Documental and Bibliographical research used as methodology based on Social Theory Productive. Papers and books used as research documents. Therefore, it's clear there are few productions about the current topic, the research is justified as it shows the need for even more studies about it. It's believed that this study stimulates the understanding about the debate, in order to instigate new productions as well as to promote a reflexion about the theme.

Keywords: Productive Restruturing. Work. Social Assistant.

¹ Graduanda em Serviço Social pela UEPB – Campus I. E-mail: <janaiina.alves@outlook.com>.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir a temática dos impactos da reestruturação produtiva para o trabalho do assistente social, na qual se tem a necessidade de aprofundar o debate sobre o tema.

A partir do final dos anos sessenta e início dos anos setenta, o capitalismo se deparou com uma crise estrutural, suscitando um reordenamento econômico e político, na qual o modelo de produção de mercadoria fordista vai ser substituído pelo modelo de produção de mercadoria toyotista, e o Estado de bem-estar social vai ser substituído pelo Estado neoliberal, desencadeando assim a reestruturação produtiva.

A reestruturação produtiva trouxe transformações para o mundo do trabalho, na qual o trabalhador deixou de executar um trabalho repetitivo (típico do fordismo) e passou a ser um trabalhador multifuncional (característico da acumulação flexível). No Brasil, a mesma ocorre a partir de 1990, trazendo implicações negativas para o âmbito do trabalho, como a precarização do trabalho, rebatendo assim nos direitos dos trabalhadores, sem falar no aumento do desemprego que também foi produto desta.

Os impactos da crise também atingiram o serviço social, pois o assistente social se configura como trabalhador assalariado, e vem sofrendo com os impactos da reestruturação produtiva; e com implicações que o neoliberalismo trouxe, que rebatem diretamente nas condições de vida e de trabalho destes.

O assistente social trabalha em diversos setores, como setor público, privado, no terceiro setor, entre outros, e conseqüentemente sofre com a precarização, seja elas nas condições de trabalho ou relações de trabalho, na qual todos esses campos são afetados.

Em seu exercício profissional os assistentes sociais se deparam com inúmeros desafios, e tomando por base a realidade brasileira, um dos grandes desafios se desvela na problemática das políticas sociais sucateadas. É de extrema importância, portanto, que o assistente social, independente do espaço sócio-ocupacional que esteja atuando, seja um profissional crítico, propositivo, e que sua prática profissional esteja totalmente voltada para o que está preconizado no projeto ético político da profissão.

A aproximação ao tema se deu a partir de discussões em sala de aula, de modo especial através da disciplina Transformações Societárias e Expressões da Questão Social, que abordava o assunto. O nosso objetivo geral foi discutir sobre os impactos que a reestruturação produtiva trouxe para o mundo de trabalho do assistente social. Já no que diz respeito aos objetivos específicos, estes foram delimitados da seguinte forma: descrever como se processou a reestruturação produtiva; discutir sobre a reestruturação produtiva e suas implicações para o mundo do trabalho; discutir sobre a reestruturação produtiva no Brasil, destacando o desmonte dos direitos sociais e os rebatimentos para o mundo de trabalho do assistente social.

O artigo está estruturado em três tópicos. O primeiro destaca um breve histórico acerca do processo da reestruturação produtiva, o segundo diz respeito ao trabalho e reestruturação produtiva: um debate necessário, e o terceiro aborda a reestruturação produtiva no Brasil: desmontes de direitos sociais e os rebatimentos para o mundo de trabalho do assistente social. O trabalho tem como metodologia uma pesquisa documental e bibliográfica, ancoradas na teoria social crítica.

Esperamos que este trabalho contribua para um maior aprofundamento de discussão sobre a temática, que é de extrema importância para entendermos a atual configuração do trabalho dos assistentes sociais.

2 UM BREVE HISTÓRICO ACERCA DO PROCESSO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A partir do final dos anos 1960 e início dos anos setenta, os anos dourados, também conhecidos como anos gloriosos, começou a dar sinais de esgotamento. Nesse momento, o modelo econômico fordista\taylorista que até então vigorava, não conseguiu se sustentar diante da crise capitalista que se desenvolvia, entrando assim em declínio.

O capitalismo, portanto, se deparou com uma crise estrutural, crise esta que Antunes (2009) denominou de crise fenomênica do capitalismo. Segundo o autor supracitado, os fatores que contribuíram para a derrocada do fordismo foram: a queda da taxa de lucro que ocasionou redução dos níveis de produtividade do capital devido o aumento da força de trabalho; o esgotamento do padrão taylorista\tordista; a hipertrofia da esfera financeira (endividamento internacional); a ampliação da concentração de capitais devido as fusões entre empresas monopolista e oligopolista; a superprodução que foi sucedida pela retração de consumo, devido ao desemprego estrutural que se iniciava; a crise do Welfare State que desencadeou uma crise fiscal; o aumento das privatizações, desregulamentações e flexibilizações do processo produtivo dos mercados e da força de trabalho. (ANTUNES, 2009).

Antunes citando Brenner destaca que em relação à crise e suas causas:

ela encontra “suas raízes profundas numa crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, o surgimento de excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 60, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 70. (...) As raízes da estagnação e da crise atual estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro que se originou no excesso de capacidade e de produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional” (BRENNER, 1999 apud ANTUNES, 2009, p. 32).

A crise trouxe consigo o esgotamento do fordismo, que, de forma geral, se caracterizava: pela produção em massa; implantação das esteiras rolantes; verticalização que levava o trabalhador a movimentos repetitivos, isso contribuiu para uma desqualificação do trabalhador como profissional, pois o mesmo só conhecia uma determinada fase da construção do produto; diminuição do tempo de produção dada pelo mecanismo de aceleração da mesma, na qual o trabalho passou a ser coordenado e ritmado; divisão de atividades entre planejadores e executores.

O sistema fordista de produção, por sua vez, baseou-se no método da organização racional do trabalho (conceito desenvolvido por Taylor). Henry Ford, fundador do fordismo, combinou o método de organização racional do trabalho com a maximização automobilística, como consequência, essa combinação ergueu o sistema de produção fordista. Em tese, a organização racional do trabalho estabelecia uma divisão de funções, na qual a gerência fica com a parte do planejamento das atividades; a supervisão fica com a função de coordenar, repassando o planejamento e controlando a sua execução, e o operário fica responsável de executar as tarefas que lhes são atribuídas. (VIDAL, 2002). O trabalho torna-se, portanto, parcelado, e ocorre a transferência da dimensão intelectual do operário para a gerência, nesse sentido, a dimensão intelectual do operário é extremamente afetada, pois o mesmo não conhece o processo total de construção do produto, conhece apenas uma parte dele. O

trabalhador torna-se um apêndice da máquina, executando um trabalho mecânico e repetitivo. (ANTUNES, 2009).

O filme *Tempos Modernos* de Charles Chaplin retrata bem esse trabalho mecânico, repetitivo. Através da sátira, o filme mostra como funcionava o processo da produção, e mostra como este processo era incorporado pelos operários, se tornando um movimento automático condicionado pela forma de trabalho que se exercia.

A forma de organização do trabalho do sistema de produção fordista marcou o período de crescimento e expansão do capitalismo no pós-guerra (1945 - 1973), conhecido também como anos dourados, nessa fase ocorre um forte crescimento na economia, e melhoria das condições da vida dos trabalhadores. (SANTOS, 2009). Nesse momento, para garantir a reprodução do capital, foi necessário oferecer aos trabalhadores estabilidade no emprego, direitos sociais etc. (SANTOS, 2009). Foram oferecidos certos benefícios aos trabalhadores, funcionando como uma estratégia do capital diante da crise de dominação dada pelo conflito das classes burguesia/proletariado. As estratégias se centram no compromisso fordista-keneynsiano e no Welfare State que buscou harmonizar esses conflitos entre a burguesia e o proletariado. (SANTOS, 2009). No cenário pós-guerra, começou uma estrutura social, econômica que Santos chama de compromisso fordista, compromisso firmado por representantes das organizações sindicais, patronais e entre eles o Estado, regulador desse acordo.

Contudo, nos anos setenta, o fordismo keneynsiano entra em crise. Em decorrência dessa crise que se estendeu nos anos setenta, como mencionado anteriormente, se inicia nesse mesmo ano a chamada reestruturação produtiva, que surge como novo reordenamento econômico diante do declínio do fordismo. Sendo assim, a queda do padrão fordista de produção abriu espaço para o surgimento de um novo modelo de produção: a acumulação flexível, também conhecida como toyotismo. Importante frisar que, dada à crise do Estado de bem-estar social², este vai ser substituído pelo Estado neoliberal.

[...] o modelo fordista de produção de mercadorias entra em declínio no final dos anos sessenta e início dos setenta do século passado, desencadeando um processo de reestruturação produtiva, que vem a constituir um novo regime de acumulação, denominado por Harvey (2002) de regime de acumulação flexível. Como modelo de produção, ocorre a implementação de uma nova base técnica, compreendendo a implementação de novas tecnologias físicas de base microeletrônica e novas formas de organização e gestão do trabalho, que promovem profundas modificações no espaço fabril (FARIA, 1997). Como um novo arranjo societal, o regime de acumulação flexível busca superar, na esfera jurídico/política, a rigidez do compromisso fordista. (FARIA, 2004, p. 2).

Como fases cíclicas vinculadas ao processo de acumulação capitalista, as crises são inerentes ao capitalismo, que diante delas busca formas de se reestabelecer e inovar sempre. Sendo assim, nesse momento, o sistema fordista de produção não atende mais aos interesses do mercado, exige-se, portanto, um novo modelo de produção que recupere o ciclo produtivo do capital.

Trazendo um pouco a discussão sobre as inovações, e pegando o contexto do surgimento do capitalismo, podemos perceber que as transformações ocorridas na sociedade desde a passagem do feudalismo para o capitalismo, trouxe consigo um lastro de inovações. As próprias revoluções industriais³ que se sucederam, cada uma com suas especificidades e

² Foi criado a partir do modelo do economista John Maynard Keynes (1883-1946), que rompe com a visão de livre-mercado em favor da intervenção estatal na economia. (BEZERRA, 2021/2022).

³ Podem-se distinguir três períodos no processo de industrialização em escala mundial:

suas inovações de acordo com a época, imprimiram novas formas de produção, assim como novas formas de trabalho.

A terceira revolução industrial, por exemplo, que, situada no contexto de reestruturação do capital, surge com todas suas inovações e tecnologias, por sua vez, trouxe consigo avanços em várias áreas. Trouxe avanço na área da robótica, no campo da informática, dos transportes, dos meios de comunicação, da biotecnologia e da nanotecnologia. (BOETTCHER, 2015).

Nesse momento da terceira revolução, o modelo de acumulação flexível se encaixa, pois a reestruturação produtiva tem uma relação intrínseca com a revolução técnico científica diante do momento histórico de recessão, essas tecnologias foram amplamente incentivadas pelo capital, tendo como objetivo reverter a crise que estava em curso, assim como o objetivo de lucro via redução de custos e aumento de produtividade.

Chamada de Terceira Revolução Industrial, ou revolução tecnocientífica, o Toyotismo começou a alterar o panorama produtivo mundial na década de 1970. Os fundamentos dessa nova era industrial repousavam sobre a emergência das tecnologias da microeletrônica e da transmissão de informações, de um lado, e sobre a automatização e a robotização dos processos produtivos. (VIDAL, 2001, p. 5).

Nessa fase da acumulação flexível, os trabalhadores passam a ser multifuncionais, estes por sua vez, precisam ter domínio e capacidade de executar várias funções. O que difere totalmente do padrão de acumulação anterior, o fordismo, no qual o trabalhador executava apenas uma tarefa, e conhecia só um determinado processo da produção.

Com a introdução de inovações tecnológicas e, em especial, de novas formas de organizar o trabalho, surge a exigência de um novo perfil do trabalhador. O saber já possuído por ele não interessa mais; a demanda é por novos conhecimentos e aquisições, somadas à exigência de polivalência. Exigência de maior iniciativa e criatividade do trabalhador no processo de trabalho, assim como a substituição do controle de chefias e hierarquias por novas formas de controle (BUENO; MOREIRA; GOMES, 2002, P. 6).

Imperando o toyotismo nesse momento, a intensificação do trabalho também se faz presente nessa nova fase. Segundo Antunes, isso pode ser exemplificado pelo fato que o trabalhador por meio das luzes tem que manusear várias máquinas. As luzes e as cores por sua vez têm a função de ajustamento das máquinas e do trabalho dos operários.

O processo de produção de tipo toyotista, por meio dos team work, supõe, portanto, uma intensificação da exploração do trabalho, quer pelo fato de os operários trabalharem simultaneamente com várias máquinas diversificadas, quer pelo ritmo e a velocidade da cadeia produtiva dada pelo sistema de luzes. Ou seja, presencia-se uma intensificação do ritmo produtivo dentro do mesmo tempo de trabalho ou até mesmo quando este se reduz. Na fábrica Toyota, quando a luz está verde, o funcionamento é normal; com a indicação da cor laranja, atinge-se uma intensidade

1760 a 1850 – A Revolução se restringe à Inglaterra, a "oficina do mundo". Preponderam a produção de bens de consumo, especialmente têxteis, e a energia a vapor.

1850 a 1900 – A Revolução espalha-se por Europa, América e Ásia: Bélgica, França, Alemanha, Estados Unidos, Itália, Japão, Rússia. Cresce a concorrência, a indústria de bens de produção se desenvolve, as ferrovias se expandem; surgem novas formas de energia, como a hidrelétrica e a derivada do petróleo. O transporte também se revoluciona, com a invenção da locomotiva e do barco a vapor.

1900 até hoje – Surgem conglomerados industriais e multinacionais. A produção se automatiza; surge a produção em série; e explode a sociedade de consumo de massas, com a expansão dos meios de comunicação. Avançam a indústria química e eletrônica, a engenharia genética, a robótica. (PENA, 2022).

máxima, e quando a luz vermelha aparece, é porque houve problemas, devendo-se diminuir o ritmo produtivo. A apropriação das atividades intelectuais do trabalho, que advém da introdução de maquinaria automatizada e informatizada, aliada à intensificação do ritmo do processo de trabalho, configuraram um quadro extremamente positivo para o capital, na retomada dos ciclos de acumulação e na recuperação da sua rentabilidade (Ichiyo, 1995: 45-6; Gounet, 1991: 41; Coriat, 1992: 60; Antunes: 27-8). (ANTUNES, 2009, p. 58).

A reestruturação produtiva, trazendo consigo as mudanças na forma de organização do trabalho, com o intuito de trazer lucro para o capital, substitui as antigas estratégias do taylorismo/fordismo por estratégias mais flexíveis, configurando-se, portanto, como toyotismo. Esse modelo de produção, conforme explica Gounet (1999), possui as seguintes características que se dividem em seis pontos:

- 1 - A produção é dada pela demanda do mercado. A produção é feita em pequenas quantidades e a demanda é quem determina a quantidade de veículos e seus modelos. Conforme os produtos vão sendo vendidos o estoque vai sendo preenchido novamente.
- 2 - No método da produção objetiva-se produzir só o necessário, combater o desperdício, e produzir de forma rápida, no tempo certo, na hora que o cliente interno ou externo solicita, evitando assim o acúmulo de estoque. (método de produção baseado nos princípios just in time).
- 3 - Rompimento da relação homem/máquina e abertura para relação sistema/equipe. O trabalhador por sua vez opera várias máquinas ao mesmo tempo, ocorrendo também o remanejamento da mesma com outros trabalhadores. Ou seja, o trabalhador se torna multifuncional, polivalente.
- 4 - Para melhor organizar a produção é instalado o kanban. As placas ou senhas que o sistema utiliza permite o ajuste das máquinas e o rodízio dos trabalhadores.
- 5 - Este ponto refere-se ao objetivo da toyota que é a produção de vários modelos, no entanto em série reduzida. E, para tanto, a mesma linha de montagem deve produzir modelos variados, e para isso, exige-se que a máquina seja adaptada, para que num curto espaço de tempo, a mesma consiga realizar novas operações.
- 6 - Desenvolvimento de subcontratação com os fornecedores de autopeças. No sistema organizacional da toyota há uma horizontalização dos serviços. Visando a redução de custos, as grandes empresas subcontratam pequenas e médias empresas, estas por sua vez ficam responsáveis por exercer determinados serviços. (GOUNET, 1999).

Moldado nas características acima citadas, emergindo como solução para a crise estrutural que se estabelecia, orientado por princípios neoliberais (já que o neoliberalismo⁴ vai ser adotado, se configurando, pois, como uma doutrina político econômica que defende a liberdade de mercado, intervenção mínima do Estado na economia, a privatização de empresas estatais e redução dos gastos públicos), o toyotismo se configura como modelo de acumulação do capital. Este trouxe consigo impactos para o mundo do trabalho, rebatendo, portanto, na vida dos trabalhadores, como veremos a seguir.

⁴ [...] O neoliberalismo emergiu como um projeto hegemônico das classes dominantes, conduzido pela sua fração rentista, por meio de governos conservadores; os casos clássicos foram Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos. Tempos depois, governos social-democratas europeus e até mesmo partidos comunistas do Leste europeu encarregaram-se de adotar políticas preconizadas pelos receituários neoliberais. Desta forma, a ideologia neoliberal ganhou o estatuto de pensamento único, pois não havia um país central sequer que não tivesse abraçado as teses do livre-mercado. (RODRIGUES, 2013, p. 19).

3 TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: UM DEBATE NECESSÁRIO

O trabalho é a atividade mais primitiva do homem. É uma atividade vital e essencial para a vida humana, pois os seres humanos precisam trabalhar para sobreviver. Por meio do trabalho, ao construir seus meios de vida para sobreviver o homem acabou por construir a si mesmo, ao transformar a natureza, transformou a si mesmo. (LESSA, TONET, 2004). O homem difere dos animais pela sua capacidade teleológica, ou seja, capacidade de projetar o futuro visando um determinado objetivo, finalidade. Em essência o trabalho humanizou o homem pois este se distingue dos animais pela sua capacidade de raciocinar.

Conforme Lessa, Tonet (2004, p. 12), “o trabalho é o processo de produção da base material da sociedade pela transformação da natureza. É sempre a objetivação de uma prévia-ideação e a resposta a uma necessidade concreta. Da prévia-ideação a sua objetivação. Isto é trabalho”.

Com o passar do tempo surgem novas necessidades humanas e novas formas de trabalho, e a necessidade de produzir algo novo, inovar. Podemos ver isso no próprio taylorismo, fordismo, e toyotismo, quando ocorrem transformações nas formas de trabalho e de produção. É fato que, com o passar do tempo, as formas de produzir os produtos mudam, ocorrem avanços na forma de produção. Assim como foi na construção do machado (citado por Lessa e Tonet em sua obra intitulada Introdução a filosofia de Marx), que surgiu de uma necessidade humana, e com o passar do tempo foi aperfeiçoado, assim ocorre com as demais criações do homem. “As mudanças nas formas de trabalho constituem os indicadores básicos da mudança das relações de produção e das formas sociais em geral do intercurso humano. O trabalho é, portanto, o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral”. (MARX, 1996, p. 21).

Com o surgimento do capitalismo, surgiram novas formas de produzir, novas relações de trabalho etc., entretanto com estas modificações o trabalhador acabou por se perder em essência. O trabalho que antes era fonte de realização humana ganhou outro significado. Não trazendo mais a satisfação humana, o trabalho, agora, gera o estranhamento do homem. O objeto que o trabalhador cria se torna estranho a ele. Pois o mesmo não tem poder nenhum sobre ele. O objeto que ele cria não lhe pertence. Ocorre a coisificação do homem, o estranhamento. Ele não se reconhece em seu trabalho, ele necessita produzir por obrigação, pelo fato de precisar trabalhar para sobreviver. Nesse sentido, ele acata as determinações dadas por terceiros, vendendo sua força de trabalho para adquirir os meios de sobrevivência. E por vender sua força de trabalho este se torna também mercadoria. Nas palavras de Marx:

Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. Este fato nada mais exprime senão: o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. (MARX, 2004, p. 80).

O sistema capitalista transformou o homem em mercadoria, este por sua vez em essência não se reconhece mais, não encontra significados nos objetos que produz. O trabalho agora vinculado a demandas de produção e consumo, passou a ser atividade que o sujeito exerce, vendendo sua força de trabalho para sobreviver. Sendo este assim explorado.

No que diz respeito a trabalho e reestruturação produtiva, dado o contexto da década de 70, da reestruturação do capitalismo e ascensão do toyotismo, este novo modelo de produção de mercadorias trouxe enormes consequências para o mundo do trabalho. O toyotismo trouxe consigo a inovação tecnológica, no entanto, esse novo processo de formas de produzir trouxe a desestabilização no mundo de trabalho. A introdução de novas

tecnologias, incremento da robótica, ocasionaram rebatimentos, e as consequências foram a redução dos postos de trabalho. Diante desse cenário da acumulação flexível, Antunes chama atenção para a questão do trabalhador dentro da estrutura produtiva, o enfraquecimento de seu poder organizativo enquanto classe e a representatividade sindical:

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser. (ANTUNES, 2006, p. 23).

A reestruturação produtiva com todas as suas nuances de flexibilização imprimiu a fragmentação e dispersão da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2006). O fato de existir os trabalhadores estáveis e os instáveis contribuiu para a fragmentação da classe trabalhadora. Os estáveis conseguem sindicalizar-se enquanto, dada as condições precárias dos trabalhadores instáveis (na qual se torna difícil a sindicalização), estes não conseguem sindicalizar-se. Por conseguinte, a diminuição das taxas de sindicalização contribuiu para o enfraquecimento do poder organizativo da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2006). com isso o poder organizativo sindical também enfraqueceu.

É a desconcentração da mão-de-obra que adentra no processo produtivo e desmobiliza a organização sindical pela diminuição, estratificação e hierarquização dos trabalhadores. Esta última tem se apresentado, no interior da fábrica a partir de duas categorias de trabalhadores: os efetivos e os temporários. Essa divisão traz novos problemas aos sindicatos, colocando em questão o seu papel enquanto instituição mobilizadora da unidade dos trabalhadores. O resultado tem sido o enfraquecimento da representatividade dos sindicatos, que, em linhas gerais, vem se restringindo na luta pela defesa dos salários e manutenção do emprego, através de uma postura defensiva nas negociações com o empresariado. (TORREÃO, 2009, p.6).

Nesse cenário acima exemplificado, de fragmentação e dispersão da classe trabalhadora, situa-se a terceirização do trabalho – Produto do toyotismo, que trouxe consigo a terceirização de serviços.

A empresa baseada no modelo Toyotista organiza-se de forma horizontal (ou quase-vertical), passando por profundo processo de subcontratação e terceirização⁵ de atividade-meio. A terceirização é um processo definitivo de extinção de setores da empresa, com o objetivo de redução de custos. Pela terceirização, uma parte da empresa é desativada, e o produto desse setor é adquirido de outra empresa que se forma ou já existe com tal fim. O setor da empresa que é objeto da terceirização, pode ser produtivo ou não, ou seja: pode ser um setor que produz certos bens materiais ou que produz certos serviços. Tal processo reveste-se de profunda perversidade, que só tem contribuído para a precarização das relações de trabalho e para o agravamento da situação social do trabalhador. (VIDAL, 2002, p. 52-53).

Visando a redução de custos, as grandes empresas subcontratam pequenas e médias empresas, estas por sua vez ficam responsáveis por exercer determinados serviços. Como a

⁵ Tendência das grandes empresas para subcontratarem outras firmas, empreiteiras ou 'terceiras' para assumir funções auxiliares (faxina, segurança, cozinha, transporte) ou diretamente ligadas ao processo produtivo (manutenção, ferramentaria, setores com emprego intensivo de mão-de-obra e menor emprego de maquinaria) ou fornecer componentes prontos. (VIDAL, 2002, p. 52-53).

empresa terceiriza parte da produção, ela deixa de ser responsável pelo pagamento de salários e direitos trabalhistas.

Com esse mecanismo, os trabalhadores passam a ser trabalhadores temporários, ou seja, estes passam a ser subcontratados, resultando assim na instabilidade do emprego. Com isso os trabalhadores perdem o direito do emprego estável, e não vão ter acesso aos direitos que o trabalho formal fornece, a exemplo do direito de receber o FGTS, o 13 salário, e o direito a férias. O toyotismo, portanto, é sinônimo de precarização do trabalho.

A terceirização é uma das principais formas da flexibilização do trabalho mediante a transferência da atividade de um “primeiro” – que deveria se responsabilizar pela relação empregatícia – para um “terceiro”, liberando, assim, o grande capital dos encargos e direitos trabalhistas. Na perspectiva da sociologia do trabalho, trata-se de uma forma iniludível de dominação e uma prática de gestão que anula a regulação do mercado de trabalho. A terceirização lança um manto de invisibilidade sobre o trabalho real – ocultando a relação capital/trabalho e descaracterizando o vínculo empregado/empregador que pauta o direito trabalhista – mediante a transferência de responsabilidades de gestão e de custos para um “terceiro”. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN; SILVA, 2010, p. 233).

Um problema decorrente/produto da reestruturação produtiva é a questão do desemprego estrutural, que por sua vez atinge o mundo em escala global. Com a maquinaria e o incremento da informática e da robótica exige-se menos trabalhadores, o que acarreta o desemprego e menos vagas de trabalho. A maquinaria/robôs agora passam a executar tarefas que antes eram feitas apenas por trabalhadores (através de sua força de trabalho), além de comandar as atividades que devem ser feitas por parte dos trabalhadores. Nesse novo mecanismo, o homem trabalha muito, pois passa a ser um trabalhador multifuncional, e por desempenhar várias funções este precisa ser um trabalhador qualificado.

O processo de precarização do trabalho, que aparece sob o neologismo da *flexibilização do trabalho*, impõe-se não apenas por meio da perda de direitos e do aumento da exploração da força de trabalho, por meio do alto grau de extração de sobretalho de contingentes operários e empregados da produção social. A precarização do trabalho se explicita por meio através do crescente contingente de trabalhadores desempregados supérfluos à produção do capital. (ALVES, 2007, p.126).

Conforme explica Antunes, a forma flexibilizada de acumulação capitalista trouxe consequências para o mundo do trabalho dentre estas situa-se o desemprego. De um lado ocorre a redução do operariado fabril, do outro aumenta o subproletariado fabril, o trabalho precarizado – são os trabalhadores terceirizados/subcontratados; ocorre o incremento do trabalho feminino e a exclusão dos jovens e idosos. (ANTUNES, 2006).

A precarização do trabalho vai ser dada, portanto, pela terceirização dos serviços, que vai resultar em subcontratação, longas jornadas de trabalho, instabilidade no emprego, trabalho informal, baixos salários etc. Dado o trabalho informal, o trabalhador não vai dispor de proteção de legislação trabalhista, e nem vai ser acobertado por proteção previdenciária, pois devido ao trabalho instável o trabalhador vai ter dificuldade em contribuir com a previdência social. Observa-se, assim,

a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregado. Crescentemente, a busca da “racionalidade instrumental” do capital vem impulsionando as empresas à flexibilização das relações de trabalho, da jornada, da remuneração, reintroduzindo novas relações e

formas de trabalho que frequentemente assumem feição informal. (DRUCK; ANTUNES, 2015, p. 24).

Os trabalhadores precarizados trabalham muito e ganham pouco. As condições precárias de trabalho muitas vezes expõem estes a riscos de acidentes, sem falar no alto grau de exploração que pode acarretar adoecimento físico e mental. Somado a isso tem a questão da aposentadoria por idade que se tornou um problema no cenário da terceirização e informalização do trabalho, pois, por conta da rotatividade, a contribuição com a previdência social para ter acesso à aposentadoria é dificultada. O trabalhador tercerizado vai ter dificuldade em contribuir, pois quem tem um trabalho estável consegue contribuir, uma vez que a contribuição é descontada de seu salário, mas o trabalhador que trabalha informalmente, e que é afetado pela rotatividade do trabalho, não vai ter uma contribuição contínua, para se aposentar por tempo de serviço.

Diante de tudo que foi exposto, podemos perceber que a reestruturação produtiva trouxe uma série de implicações para o mundo do trabalho, e essas implicações também vão incidir no mundo de trabalho dos assistentes sociais, enquanto trabalhadores assalariados que são, que vendem sua força de trabalho para sobreviver, assim como os demais trabalhadores existentes.

4 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL E IMPACTOS PARA O MUNDO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Devido à crise ocorrida nos anos 1970, o capitalismo precisava de uma alternativa de modo a superar a mesma e se reerguer dando continuidade ao processo de acumulação do capital, culminando assim na ascensão do neoliberalismo nos anos 1980 em países como Inglaterra (comandado por Margaret Thatcher) e nos Estados Unidos (comandado por Reagan).

No Brasil a adesão ao neoliberalismo ocorre em 1989 (no governo Collor de Melo) pós consenso de Washington⁶ ocorrido em 1989, que tinha como intuito o combate às misérias e crises dos países subdesenvolvidos. No entanto, esse consenso trouxe uma série de recomendações⁷ obrigatórias para que os países pudessem receber ajuda nas questões de negociações em relação à dívida externa e receber ajuda em momentos de crise, caso

⁶ O Consenso de Washington foi a forma como ficou popularmente reconhecido um encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos. Nesse encontro realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e a ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião foi convocada pelo Institute for International Economics, sob o nome de “Latin American Adjustment: How Much has Happened?”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos. (PENA, 2022).

⁷ a) Reforma Fiscal: Promover profundas alterações no sistema tributário (arrecadação de impostos), no sentido de diminuir os tributos para as grandes empresas para que elas aumentassem seus lucros e o seu grau de competitividade; b) Abertura comercial: proporcionar o aumento das importações e das exportações através da redução das tarifas alfandegárias; c) Política de privatizações: reduzir ao máximo a participação do Estado na economia, no sentido de transferir a todo custo as empresas estatais para a iniciativa privada; d) Redução fiscal do Estado: reduzir os gastos do Estado através do corte em massa dos funcionários, terceirizando o maior número possível de serviços, e diminuição das leis trabalhistas e o valor real dos salários, a fim de cortar gastos por parte do governo e garantir arrecadação suficiente para o pagamento da dívida pública. (PENA, 2022).

contrário, se recusassem a segui-las esbarrariam em dificuldades de receber investimentos externos, assim como do capital internacional dos EUA e do FMI. (PENA, 2021).

Os participantes que fizeram parte do consenso de Washington foram executivos de governos, bancos multilaterais, empresários e acadêmicos de onze países, com o intuito de definir medidas políticas necessárias ao programa de publicização:

[...] a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de “reformas estruturais”: liberação financeira e comercial, desregulamentação dos mercados, e privatizações das empresas estatais; a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico. (FIORI *apud* BEHRING, 2008, p. 148).

O fato é que o consenso de Washington trouxe uma série de reformas contribuindo e construindo campo para o desenvolvimento do neoliberalismo, cujo ideário é pautado na intervenção mínima do Estado na economia, com ênfase nas privatizações e redução dos gastos estatais referentes às políticas sociais.

No Brasil o processo de reestruturação produtiva teve origem sobretudo nas reformas implantadas ao longo da década de 90, que possibilitaram as condições fundadas em uma política econômica de inserção subordinada à globalização e que marcou a introdução de um projeto neoliberal no país. (BUSNELLO, 2003).

Como já mencionado anteriormente, o neoliberalismo começa no governo Collor de Melo (1990-1992), no entanto, só vai ser consolidado no governo Fernando Henrique Cardoso. E é justamente no governo FHC que ocorre o retrocesso dos direitos conquistados com a Constituição de 1988. Ocorre o retrocesso nas políticas da saúde, assistência e previdência (tripé da seguridade social) se constituindo, portanto, como uma contrarreforma. Justificava-se que a reforma era a saída diante da crise econômica e social. (BEHRING, ROSSETTI, 2008).

Nesta direção, os governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso foram marcados pelas reformas orientadas ao mercado com ênfase nas privatizações e na previdência social, interditando a Constituição rumo ao projeto modernizador. Com isso, o Governo FHC, na apresentação do Plano da Reforma do Estado, indicava entre os seus princípios, o de que as funções do Estado deveriam ser de coordenador e financiador das políticas públicas e não de executor. (SANTOS, 2018, p. 4).

O plano diretor da reforma do Estado (1995) foi o documento orientador desse processo de reformas em solo brasileiro, sendo elaborado por uma equipe dirigida pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Luís Carlos Bresser Pereira. (BEHRING, ROSSETTI, 2008).

Outro aspecto de destaque na “Reforma” do estado é o programa de publicização, que se expressa na criação de agências executivas e das organizações sociais, e mais recentemente na regulamentação do terceiro setor ⁸— um aspecto que não está citado

⁸ Surge como conceito cunhado, nos EUA, em 1978, por John D. Rockefeller III. Ao Brasil chega por intermédio de um funcionário da Fundação Roberto Marinho. O conceito de “terceiro setor” foi cunhado por intelectuais orgânicos do capital, e isso sinaliza clara ligação com os interesses de classes, nas transformações necessárias à alta burguesia. (MONTAÑO, 2010, p. 53).

no plano, mas se desdobra dele para a execução das políticas públicas. Esta última estabelece um termo de parceria com ONGS e instituições filantrópicas para a implementação das políticas. (BEHRING, ROSSETTI, 2008, p. 204).

O Estado transfere para o setor público não estatal o papel de execução, mas, no entanto, o Estado subsidia para que estes serviços aconteçam, a exemplo dos subsídios para a saúde, educação, pesquisa científica, cultura. Caracterizando-se, pois, como publicização, na qual os serviços não são exclusivos do Estado, que realiza parcerias com a sociedade civil para promover o financiamento e o controle social de sua realização. (BEHRING, ROSSETTI, 2008).

O terceiro setor, por conseguinte, foi produto desse programa de publicização. A configuração do terceiro setor vai se dá devido a desresponsabilização do Estado no que diz respeito às políticas públicas e à transferência da responsabilização das mazelas sociais para a sociedade civil. Com o terceiro setor vem o retorno da filantropia (caridade, solidariedade). No que diz respeito às organizações que fazem parte do terceiro setor, temos as ONGS⁹, OSCIP¹⁰, OS¹¹, que são organizações sem fins lucrativos não governamentais.

O terceiro setor está intrinsecamente ligado aos interesses do capitalismo, como produto da reestruturação capitalista, diretamente ligado com interesses neoliberais, que surge como estratégia do capitalismo, como mecanismo de atendimento às expressões da questão social, e essas respostas vão se dá através da sociedade, da ajuda, caridade, solidariedade (RODRIGUES, 2013). Sendo assim, de acordo com Montano (2010, p. 53),

[...] é construído a partir de um recorte do social em esferas, o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”). Recorte este claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social. Como se o “político” pertencesse à esfera estatal, o “econômico” ao âmbito do mercado e o “social” remetesse apenas à sociedade civil, num conceito reducionista.

No entanto, se adotarmos a ideia do terceiro setor como uma organização da sociedade civil, iremos promover a fragmentação da realidade, fortalecendo esses recortes sociais nos quais se tem a esfera do Estado, mercado e sociedade civil. No entanto, devemos ter em mente que o terceiro setor nada mais é que a desresponsabilização do Estado no que diz respeito às

⁹ As ORGANIZAÇÕES SOCIAIS são entidades privadas – pessoas jurídicas de direito privado – sem fins lucrativos, destinadas ao exercício de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde. Integram, segundo a doutrina, um terceiro gênero, uma novidade alvissareira, submetidas a princípios privados e publicistas, mas não fazem parte da Administração Pública indireta. Este entendimento recebeu o aval de Paulo Modesto, que propõe ser uma entidade privada prestadora de serviço privado de interesse público. No entanto, a lei forneceu ao Poder Executivo exagerados poderes. Esses organismos são declarados, de interesse social e utilidade pública, podendo-lhes ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários aos contratos de gestão, que deverão prever o cronograma de desembolso e as liberações financeiras. (AMBITO JURÍDICO, 2000).

¹⁰ Uma OSCIP é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos. Ou seja, as entidades típicas do terceiro setor. A OSCIP está prevista no ordenamento jurídico e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. (SEBRAE, 2019).

¹¹ As Organizações Não Governamentais (ONGs) são entidades que não têm fins lucrativos e realizam diversos tipos de ações solidárias para públicos específicos. Elas podem atuar nas áreas da saúde, educação, assistência social, economia, ambiente, entre outras, em âmbito local, estadual, nacional e até internacional. (SEBRAE, 2022).

políticas sociais e que se configurou como estratégia do capitalismo, com interesses vinculados à manutenção da sua hegemonia. (RODRIGUES, 2013).

Essa desresponsabilização do Estado via transferência de responsabilização para a sociedade civil no que concerne às políticas sociais, na qual se tem organizações sem fins lucrativos, vai abrir espaço para um novo campo sócio-ocupacional de trabalho para o assistente social que vai se dar no terceiro setor, que passa a se constituir um dos espaços sócio-ocupacionais¹² para o profissional, que também atua na esfera pública e privada. E no que diz respeito a essas áreas de trabalho, estas foram impactadas com os reflexos das implicações que a reestruturação produtiva trouxe.

Nesse sentido, Silva vai chamar atenção para todas essas esferas, evidenciando a precarização nas condições e relação de trabalho. Na esfera governamental,

[...]observa-se redução dos direitos do trabalho a partir da precarização dos vínculos empregatícios, sobretudo na área da assistência social, em que a forma de inserção institucional se dá a partir de seleções de pessoal, soma-se a isso o sucateamento dos ambientes de trabalho, a escassez de recursos para a implementação das políticas públicas, entre outros aspectos (SILVA, 2011, p. 7).

Ou seja, quando o profissional não é concursado, o emprego pode se dar por via de contrato, que é bastante recorrente na área da assistência social. Na maioria das vezes o local de trabalho é sucateado, não se tem muitos recursos para a execução das políticas sociais, se desvelando assim em precarização. Já na área privada,

o(a) assistente social é chamado(a) a intervir diretamente na área dos recursos humanos, a fim de (re)criar – a partir dos moldes capitalistas – comportamentos favoráveis à produção da força de trabalho, com destaque para os Círculos de Controles de Qualidade (CCQs) e dos programas de qualidade total. Aqui destacamos que as relações de trabalho serão perpassadas, de modo especial, pela correlação de força e a autonomia relativa do(a) profissional, muitas vezes, vai se configurar como peça fundamental para sua intervenção, posto que, de um lado, ela poderá levar o(a) profissional a se retrair e, em suas ações, reproduzir o discurso⁵ apregoadado pelos empregadores das instituições; e em outro viés, ele(ela) poderá também realizar ações pautadas no Projeto Ético-Político profissional, a fim de garantir a consolidação da cidadania, a partir da luta pela efetivação dos direitos relativos ao trabalho. (SILVA, 2011, p. 7).

No CCQ o assistente social trabalha em equipe, identificando os problemas existentes na produção, buscando formas de solucionar os mesmos. O assistente social atua em programas de qualidade, cujo objetivo é atender as necessidades do trabalhador, que muitas vezes se encontra com problemas pessoais, problemas de saúde, que afetam seu desempenho no trabalho. Então, para que o trabalhador seja mais produtivo, é desenvolvido, por exemplo, programa de prevenção de doenças.

¹² Pesquisa sobre o perfil dos assistentes sociais no Brasil, promovida pelo Conselho Federal de Serviço Social, com base em dados de 2004 (CFESS, 2005), constata que, no nível nacional, 78,16 % dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24% estaduais e 13,19% federais. Assim, assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas da saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O segundo maior empregador são as empresas privadas com 13,19 % (o mesmo índice que as instituições federais), seguido do terceiro setor, com 6,81 % (englobando Organizações Não Governamentais, Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada “responsabilidade social”). (IAMAMOTO, p. 5).

Ainda sobre o campo de trabalho do assistente social na área privada, e referente às relações de trabalho, Silva (2011) vai chamar atenção para as correlações de forças existentes dentro desse espaço sócio-ocupacional, pois de um lado vai se ter o assistente social que pode fazer uso da sua relativa autonomia (ou não), e do outro, vai se ter os empregadores que vão ter o discurso que vai estar diretamente de acordo com os interesses da classe dominante. Nesse sentido, o assistente social pode tanto recuar, e passar a adotar o discurso dos empresários, que é um discurso estratégico de colaboração de todos, para um determinado fim e que todos vão sair ganhando, ou então, pode fazer uso dessa relativa autonomia e de fato efetuar uma intervenção propositiva, desempenhando um trabalho que vai de acordo com o que está posto no projeto ético político¹³, objetivando promover a defesa dos direitos dos cidadãos.

Já, no terceiro setor o trabalho dos(as) assistentes sociais, dentre outras atividades, está pautado na execução de políticas sociais, através da elaboração de projetos para captação de recursos, voltados para um público específico bem como na implementação e avaliação dessas políticas e projetos sociais. Os desafios que relacionam a ação profissional do(a) assistente social neste setor são inúmeros, destacamos as contradições apresentadas no cotidiano profissional como o retorno as práticas filantrópicas, a crescente desprofissionalização do assistente social, as condições de trabalho precarizadas, rotatividade de profissionais, entre outros. Porém tal espaço requisita a intervenção do(a) assistente social a qual deve se dar pautada a partir dos princípios que norteiam o Projeto Ético-Político desta profissão (SILVA, 2011, p. 7)

Nesse sentido, o atendimento vai ser seletivo, ou seja, para um público específico. No que tange o seu trabalho cotidiano, o assistente social vai enfrentar muitos desafios a exemplo da refilantropia, ou seja, o retorno de práticas que remetem ao passado da assistência, vinculadas à caridade, ajuda, solidariedade. Além disso, no terceiro setor vai se ter uma rotatividade¹⁴ muito alta dos profissionais que ali trabalham. no entanto, é de extrema importância que a prática profissional seja eivada do que preconiza o projeto ético político da profissão.

O assistente social está inserido na divisão sociotécnica do trabalho, e, portanto, se constitui como trabalho especializado. O assistente social é um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho para sobreviver, assim como os demais trabalhadores, e que assim como estes, vai ser atingido pelos impactos da reestruturação produtiva, pelas diversas formas de exploração e precarização do trabalho provenientes dela. Sendo assim, o binômio flexibilização/precarização vai estar presente no mercado de trabalho dos profissionais do serviço social.

Essa dinâmica de flexibilização/precarização atinge também o trabalho do assistente social, nos diferentes espaços institucionais em que se realiza, pela insegurança do emprego, precárias formas de contratação, intensificação do trabalho, aviltamento dos salários, pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros . (RAICHELIS, 2011, p. 422).

¹³ Significa uma projeção coletiva que envolve sujeitos individuais e coletivos (daí a ideia de projeto) em torno de uma determinada valoração ética (daí o termo ético) que está intimamente vinculada a determinados projetos societários (daí o termo político, no seu sentido mais amplo) presentes na sociedade que se relacionam com diversos projetos coletivos em disputa na mesma sociedade (daí o termo profissional, expressando a particularidade de uma categoria).(EKO, 2021).

¹⁴ Que não é fato exclusivo do terceiro setor, uma vez que a rotatividade do trabalho também ocorre na esfera pública.

Nesse sentido, o vínculo empregatício dos assistentes sociais se dá de forma precária, via contratações, e portanto, o profissional não vai dispor dos direitos e proteções que o trabalho de carteira assinada fornece, a exemplo da própria proteção previdenciária que fornece auxílio doença, direito à aposentadoria por tempo de contribuição etc., inserindo-se, assim, no mercado informal de trabalho, o profissional se sente inseguro, pois como se trata de trabalho informal, não se tem uma estabilidade de emprego.

No mercado de trabalho o assistente social vai se deparar com inúmeros desafios, e um dos grandes desafios postos para os profissionais em seus espaços sócio-ocupacionais de trabalho diz respeito ao âmbito das políticas sociais. No que concerne às políticas sociais, a questão central vai se dá pela fragilidade destas, pois vão ser políticas sociais precarizadas. O assistente social em seu ambiente de trabalho se vê numa situação difícil, pois o seu desejo é fazer um trabalho que viabilize os direitos dos sujeitos, no entanto, ele se depara com a impotência e o sofrimento de não dispor de recursos para tal fim.

Na conjuntura atual brasileira temos a vigência de um governo neoliberal que privilegia o capital financeiro (para o pagamento da dívida externa) em detrimento das políticas sociais, e, portanto, a realidade posta é de políticas públicas sociais sucateadas. Somado a isso tem a questão do aumento das flexibilizações e privatizações do processo produtivo que foram agravadas. Por conseguinte, a vigência da reforma trabalhista implicou na acentuação da perda dos direitos trabalhistas.

Apesar de tantos desafios que permeiam a profissão, é de suma importância que em seu exercício profissional, o assistente social seja um profissional propositivo, crítico, que saiba desvelar o real, e que não caia no fatalismo de ser mero executor de políticas sociais, e que sua prática profissional esteja orientada pelo que está preconizado no projeto ético político da profissão, principalmente no que diz respeito à defesa dos direitos dos cidadãos. E nesse sentido, é de extrema importância o fortalecimento da categoria profissional no que diz respeito às lutas em prol da defesa desses direitos.

5 CONCLUSÃO

A reestruturação produtiva imprimiu mudanças no mundo de trabalho de forma geral, afetando a classe trabalhadora, e os assistentes sociais, como trabalhadores assalariados que são, também foram impactados nesse processo. Observamos que os trabalhadores e as classes subalternas são os mais prejudicados com a reorganização do sistema produtivo, pois estes precisaram se tornar multifuncionais, precisaram se moldar ao novo modelo de produção de mercadorias, sem falar nos contratos de trabalhos instáveis nos quais o trabalhador passa a ser flexível, subcontratado, terceirizado, além da problemática do aumento do desemprego, que cerca à classe que vive do trabalho, devido ao incremento da robótica e a flexibilização do trabalho.

O neoliberalismo que substituiu o Estado de bem-estar social, por sua vez, implicou no sucateamento das políticas sociais; restrição e fragmentação dos direitos sociais; rebatendo diretamente no mundo de trabalho do assistentes sociais, pois o mesmo é afetado pela precarização das políticas sociais e também pelas péssimas condições de trabalho que muitas vezes o cerca. Esse sucateamento referente às políticas sociais tornou-se um dos principais obstáculos no trabalho do assistente social em decorrência das demandas trazidas pelos usuários, pois o profissional não pode oferecer um retorno satisfatório aos usuários, de forma a viabilizar seus direitos.

O ideário neoliberal tem como uma de suas pautas a defesa de redução de investimentos no que se refere às políticas sociais, sendo assim a configuração do terceiro

setor vai se dá justamente devido a desresponsabilização do Estado no que diz respeito às políticas públicas e a transferência das responsabilidades das mazelas sociais para a sociedade civil. Essa desresponsabilização do Estado na qual se tem organizações sem fins lucrativos abriu espaço para um novo campo de trabalho para o profissional de serviço social, que vai se dá no terceiro setor, passando a se constituir mais um espaço sócio-ocupacional, espaço este cheio de desafios, assim como a esfera pública e privada na qual o profissional também atua.

Por fim, o assistente social é um profissional que presta serviços sociais à classe trabalhadora, e que no entanto, compartilha da mesma realidade de exploração capitalista vivida por estes. Portanto, diante do sucateamento das políticas sociais; de desmonte de direitos; e vigência do neoliberalismo; o profissional de serviço social se depara com muitos desafios. Sendo assim, é primordial que o mesmo enfrente esses desafios que cercam a profissão, que seja um profissional propositivo, e que sua prática profissional seja pautada no que está posto no projeto ético político da profissão, buscando articular suas lutas com as da classe trabalhadora de forma ampla, uma vez que, como vimos no decorrer deste trabalho, os desafios atingem a todos aqueles que vivem do trabalho.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R. **Capítulo II Trabalho e precarização numa ordem neoliberal.** Disponível em: > <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20101010021549/3antunes.pdf>> Acesso em 26 de mar. 2022.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** Ensaio sobre afirmação e a negação do trabalho 2009. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. **A terceirização sem limites:** a precarização do trabalho como regra. v. 34, p. 19-40, 2015. Disponível em: ><http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/Sm4618UP754c17102374.pdf>> Acesso em: 26 de mar. 2022.

BALANÇO, P.; PINTO, E.C. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 27-47, nov. 2006. Disponível em: ><https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11814/8539>> Acesso em: 25 de mar. 2022.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma:** Desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história, 2016. 2.ed. São Paulo: Cortez.

BEZERRA, Juliana. Estado de bem-estar social. **Toda matéria**, 2011-2022 Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/estado-de-bem-estar-social/>>. Acesso em 24 de março de 2022.

BOETTCHER, M. **Revolução Industrial. Um pouco de história da Indústria 1.0 até a Indústria 4.0.** linkendin, 2015, Disponível em:
><https://pt.linkedin.com/pulse/revolu%C3%A7%C3%A3o-industrial-um-pouco-de-hist%C3%B3ria-da-10-at%C3%A9-boettcher>> Acesso em 25 de março de 2022.

BUSNELLO, RONALDO. **Reestruturação produtiva, neoliberalismo e flexibilização dos direitos trabalhistas no Brasil dos anos 90.** UFSC repositório institucional, 2003, Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85017>> Acesso em 26 de março de 2022.

EAIC, XXIV; 2015, Paraná. **Anais [24º encontro anual de iniciação científica].** Paraná: 2015. 1- 4 p. Diagnóstico das políticas públicas aplicadas ao combate do trabalho infantil do Município de Cândido de Abreu/PR. Disponível em:
>2015<http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/687.pdf> < Acesso em 25 de março 2022.

ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DA PRODUÇÃO, XXII; 2002, Curitiba. **Anais [22º Encontro nacional de engenharia da produção].** Curitiba: 2002. 1-8 p. O reflexo da terceira revolução industrial na sociedade. Disponível em:
http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2002_tr82_0267.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, XVI; 2018, Espírito Santo. **Anais [16º encontro nacional de pesquisadores em serviço social].** Espírito Santo: ENPESS, 2018. 1-17 p. O Brasil e a reforma do Estado: as transformações nas relações de trabalho e os desafios para o serviço social na contemporaneidade. Disponível em:
><https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22346>> Acesso em: 20 mar. 2022.

ENTENDA MAIS O QUE SÃO OSCIPS E COMO ELAS FUNCIONAM. **Sebrae**, 2019, Disponível em: ><https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico,554a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 24 de março de 2022.

ENTENDA MAIS SOBRE O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL. **ekoq**, 2021, Disponível em: ><https://www.editora2b.com.br/blog/entenda-mais-sobre-o-projeto-etico-politico-do-servico-social>> Acesso em 24 de março de 2022.

FARIA, H.F. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. **Revista Read**, Curitiba, v.10, n.5, p.1-26, set/out. 2004. Disponível em:
><https://pt.linkedin.com/pulse/revolu%C3%A7%C3%A3o-industrial-um-pouco-de-hist%C3%B3ria-da-10-at%C3%A9-boettcher>> Acesso em: 25 de mar. 2022.

GIONANNI, A. **Dimensões da reestruturação produtiva ensaios de sociologia do trabalho.** 2. ed. Brasil: Práxis, 2007.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo:** na civilização do automóvel 1999.1.ed. São Paulo: Boitempo, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais, p. 5. Disponível em:
><https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/iamamoto-201804131241048556780.pdf>> Acesso em: 13 de abr. 2022.

JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, IV; Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas, Maranhão. **Anais [4ª jornada internacional de políticas públicas]** Maranhão: 1-9 p. A terceirização no contexto da reestruturação produtiva no Brasil: impactos sobre os trabalhadores e inflexões na organização sindical. Disponível em: > http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/2_transformacoes-do-mundo-do-trabalho/terceirizacao-no-contexto-da-reestruturacao-produtiva-no-brasil.pdf> Acesso em 26 de mar. de 2022.

JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, V; 2011, Maranhão. **Anais [5ª jornada internacional de políticas públicas]** Maranhão: 2011. Reestruturação do capital, mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos para o serviço social, 2011. Disponível em: ><http://www.joinpp.ufma.br> > acesso em 26 mar. 2022.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**, 2004. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf> Acesso em: 25 de mar. 2022.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 1. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social: Crítica de ao padrão emergente de intervenção**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: O QUE SÃO EXEMPLOS, E MAIS. **Stoodi**, 2021, disponível em: ><https://www.stoodi.com.br/blog/atualidades/organizacoes-sociais/>> Acesso em 24 de março de 2022.

PENA, Rodolfo Alves. Consenso de Washington. **Brasil escola**, 2022, disponível em: ><https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>>. Acesso em: 24 de março de 2022.

PENA, Rodolfo Alves. Consenso de Washington. **Mundo educação**, 2022, Disponível em: ><https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>> Acesso em 24 de março de 2022.

RAICHELIS, R. O Assistente Social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/xJZpht8LVT96vSvn7cPNQMR/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 26 mar. 2022.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL I. 2022. Disponível em: <<https://w3.ufsm.br/fuentes/index-arquivos/rev.pdf>>. Acesso em 24 de março de 2022.

RODRIGUES, Raquel Machado Pereira. **Serviço Social no terceiro setor: Uma análise da prática do (a) assistente social no SESC/ Fortaleza e sua articulação com o projeto ético político**. 2013. monografia (graduação em Serviço Social) – Faculdade cearense, Fortaleza, 2013. Disponível em:

<<https://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CSS/SERVICO%20SOCIAL%20NO%20TERCEIRO%20SETOR%20UMA%20ANALISE%20DA%20PRATICA%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NO%20SESC%20FORTALEZA.pdf>> Acesso em: 26 mar. 2022.

SAKURAI, R.; ZUCHI, J. D; As revoluções industriais até a indústria 4.0. **Revista interface tecnológica**, São Paulo, V.15i2.386, p.484, Disponível em ><https://revista.fatectq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/386/3>> Acesso em 25 de mar. 2022.

SANTOS, V. C. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. **Economia**, Pará, n. 9, p. 2, 2009. Disponível em: >https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemars/selecao/2009/trabalhos/da-era-fordista-ao-desemprego-estrutural-.pdf > Acesso em 24 de março de 2022.

TUDO SOBRE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SOCIEDADE CIVIL. **Sebrae**, 2022 Disponível em: ><https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/artigos/home/o-que-e-uma-organizacao-nao-governamental-ong,ba5f4e64c093d510VgnVCM1000004c00210aRCRD> > Acesso em 24 de março de 2022.

VIDAL, Mauricelia Bezerra. **Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**: 2002. Dissertação (Mestrado em economia rural e regional) – Universidade federal da Paraíba, Paraíba 2002. Disponível em: > <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/9327>> Acesso em: 25 de mar. 2022.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente, pois sem ele não sou nada, e com ele tenho tudo. Gratidão a Deus por todas as minhas conquistas, e por ter me concedido saúde e sabedoria para alcançar minhas metas.

Aos meus pais, Maria do Socorro e Manoel, que me incentivaram, e que são minha base. Tudo que sou e conquistei foi graças a eles.

Aos meus irmãos, Dagmar, Erinaldo, Erilson, e as minhas irmãs Dagnete e Marina pelos incentivos e apoio.

Ao meu namorado Kelvin, pelos conselhos, incentivos, por sua paciência e companheirismo, por ter me ajudado em todos os momentos que precisei, e por estar ao meu lado em todos os momentos, bons e ruins.

A meu amigo Nicollas, com quem compartilhei momentos em sala de aula. Entre aflições e gargalhadas eu sempre tinha com quem contar. Nunca esquecerei nossa amizade.

A professora Thereza Karla, por ter aceitado ser minha orientadora. Obrigada pela paciência e pelos ensinamentos.

As professoras Auri Donato e Patrícia Crispim por terem aceitado o convite para participar da banca para a defesa do meu TCC.

Aos meus professores e professoras, pelos conhecimentos compartilhados em sala de aula.

A mim, pelo esforço e dedicação, por ter seguido adiante, enfrentando os desafios, e por ter finalizado essa etapa da minha vida.

